

O processo de ação coletiva na produção de bens comuns: O papel das instituições

do Nascimento, Alex Bruno Ferreira Marques

Universidade Federal Campina Grande (UFCG), Brasil

✉ alex.bruno@ufcg.edu.br.

ORCID ID [0000-0001-9860-7350](https://orcid.org/0000-0001-9860-7350)

Fernandes, Antonio Sérgio Araújo

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil

✉ antoniosaf@ufba.br

ORCID ID [0000-0002-4171-7759](https://orcid.org/0000-0002-4171-7759)

Capelari, Mauro Guilherme Maidana

Universidade de Brasília (UnB), Brasil

✉ capelari.unb@gmail.com

ORCID ID: [0000-0002-1259-9909](https://orcid.org/0000-0002-1259-9909)

Teixeira, Marco Antonio Carvalho

Fundação Getulio Vargas (FGV), Brasil

✉ marco.teixeira@fgv.br

ORCID ID: [0000-0003-3298-8183](https://orcid.org/0000-0003-3298-8183)

Grin, Eduardo Jose

Fundação Getulio Vargas (FGV), Brasil

✉ eduardo.grin@fgv.br

ORCID ID: [0000-0002-0488-8487](https://orcid.org/0000-0002-0488-8487)

Documento recibido:

02 septiembre 2021

Aprobado para publicación:

15 noviembre 2021

Resumo

O papel das instituições na produção de bens comuns em processos de ação coletiva é chave para explicar como as instituições em seu contexto influenciam os atores a agir. Para isso, o artigo traz dois quadros teóricos que têm se destacados na literatura recente como arcabouços para a compreensão do processo de ação coletiva visando a produção de bens comuns: o Institutional Analysis Development (IAD), e o Institutional Collective Action (ICA). Sendo assim, o objetivo desse ensaio teórico é caracterizar cada um desses frameworks versando sobre seus pontos de similaridades e diferenças. Ao fim, percebeu-se que ambas partem do princípio de

que a ação coletiva é influenciada por instituições contextuais locais, que influenciam a cooperação em diferentes formatos e momentos.

Palavras-chave

Ação Coletiva. Institutional Collective Action. Institutional Analysis and Development Framework.

Abstract

The role of institutions in the production of common goods in collective action processes is key to explaining how institutions in their context influence actors to act. To this end, the article brings two theoretical frameworks that have stood out in recent literature as frameworks for understanding the collective action process aimed at the production of common goods: the Institutional Analysis Development (IAD), and the Institutional Collective Action (ICA). Therefore, the objective of this theoretical essay is to characterize each of these frameworks by talking about their points of similarities and differences. In the end, it was noticed that both start from the principle that collective action is influenced by local contextual institutions, which influence cooperation in different formats and moments.

Keywords

Collective action; Institutional Analysis and Development Framework.

Resumen

El papel de las instituciones en la producción de bienes comunes en los procesos de acción colectiva es clave para explicar cómo las instituciones en su contexto influyen en los actores para actuar. Para ello, el artículo trae dos marcos teóricos que se han destacado en la literatura reciente como marcos para entender el proceso de acción colectiva orientado a la producción de bienes comunes: el Análisis Institucional de Desarrollo (DIA) y la Acción Colectiva Institucional (ACI). Por tanto, el objetivo de este ensayo teórico es caracterizar cada uno de estos marcos hablando de sus puntos de similitudes y diferencias. Al final, se advirtió que ambos parten del principio de que la acción colectiva está influenciada por instituciones contextuales locales, que inciden en la cooperación en diferentes formatos y momentos.

Keywords

Acción colectiva. Acción Colectiva Institucional. Marco de análisis y desarrollo institucional.

Introdução

A abordagem da Ação Coletiva é fértil no tocante às análises de cooperação intergovernamental e regionais. Segundo Bel e Warner (2010), tais análises assentam em duas abordagens distintas. De tradição europeia, os acadêmicos e pesquisadores buscam verificar os ganhos de eficiência da cooperação entre organizações do setor públicos na prestação dos serviços efetuados. Já os pesquisadores

norte-americanos têm se centrado no conhecimento das razões que levam à cooperação dessas organizações. Em face disso, esse ensaio se propõe discutir as similaridades e diferenças entre dois arcabouços teóricos da tradição norte-americana: *Institutional Colletive Action* e o *Institutional Analysis and Development Framework*.

O quadro teórico proposto pela *Institutional Colletive Action* (Feiock, 2004, 2007), pressupõe que mesmo em regiões de governos fragmentados – ou seja, regiões que possuem múltiplos governos interagindo entre si para a provisão de serviços públicos comuns – os governos locais são capazes de cooperar, manifestar interesses, compartilhar recursos e firmar regras de ação coletiva em diversos setores de políticas públicas.

O ponto central do ICA é oriundo de uma teorização anterior, chamado de *Common Resources*, e que se encontram presentes em alguns trabalhos da chamada escola de Indiana, sobretudo nas pesquisas desenvolvidas por Elinor Oström (1990), bem como com seus colaboradores de *Bloomington*. Oström e seus colaboradores, analisam a importância e os benefícios do compartilhamento de bens naturais. E nesse arcabouço é que os pesquisadores propõem o *Institutional Analysis and Development Framework*. Assim, vários estudos têm sido realizados no mundo, entretanto, no Brasil, identificam-se poucos trabalhos que utilizam o ICA, com destaque para Meza, Grin, Fernandes e Abrúcio (2018), e Fernandes, Pinheiro, Nascimento e Grin (2020).

Logo, este ensaio se justifica tanto do ponto de vista teórico quanto prático. Assim, empiricamente, observa-se o avanço das práticas colaborativas entre governo locais, e no Brasil, o contexto ganha complexidade singular face os dilemas da descentralização conturbada (Grin; Segatto & Abrucio, 2016).

Este ensaio é composto de 05 seções. Após esta introdução, segue-se à seção 2, apresenta-se a discussão originária contida na abordagem da escolha racional acerca de ação coletiva e instituições na produção de bens comuns. Na seção 3, apresenta-se a abordagem crítica à escolha racional, que tem no *Institutional Analysis and Development (IAD) Framework*, que é a abordagem desenvolvida a partir da Escola de Bloomington (Indiana). Na seção 4, analisa-se uma abordagem derivada do IAD framework, que é a *Institutional Collective Action* (ICA) mostrando seus pressupostos. E na quinta seção são discutidos os pontos de semelhança e diferenças entre os dois quadros teóricos IAD e ICA. O texto finaliza com uma seção de considerações finais.

A discussão originária da ação coletiva em instituições e organizações

A discussão originária acerca da ação coletiva em organizações e instituições tem no campo de estudos da escolha racional sua principal referência. Grosso modo, neste campo de análise, um pressuposto é que a racionalidade é instrumental, ou seja, as ações são escolhas individuais visando meios eficientes para alcançar um fim ulterior. Basicamente segue-se a metodologia de escolhas individuais da economia neoclássica, para entender o comportamento das organizações e instituições políticas (Aarow, 1951; Downs, 1999 [1957]; Hardin, (1982); Becker, 1976; Ferejohn & Pasquino, 2001). Ou seja, uma lista de opções emparelhada forma a ordem de preferências de um indivíduo, de modo que a escolha é feita visando maximização da utilidade individual. Basicamente, a escolha racional leva em conta os interesses estratégicos dos atores individuais que moldam suas preferências. Ao agregar preferências individuais estabelecem-se escolhas/decisões coletivas e as preferências são limitadas pelas instituições. Os agentes podem ser firmas, instituições, organizações coletivas, coalizões de firmas ou pessoas, parlamentos, etc.

Os trabalhos publicados por Gordon (1954), Olson (1999 [1965]) e Hardin (1968) trazem importante debate para os dilemas comportamentais na ação coletiva dentro da perspectiva da escolha racional. Essas publicações relacionam-se à governança de recursos comuns, inseridas numa literatura mais ampla que trata de dilemas da ação coletiva (CAPELARI, 2017). Gordon (1954) estudou a gestão de recursos pesqueiros e o problema da sobre pesca, com destaque para a elaboração de uma gestão alicerçada em fatores econômicos de regulação e organização do sistema pesqueiro (Capelari, 2017). Assim, baseado na análise de que o pescador considera apenas os seus esforços individuais, este não percebe a incidência do seu esforço sobre os outros pescadores e sobre o estoque natural de peixes. Gordon conclui que se a pesca ou o acesso a áreas comuns fossem geridos por um dono, seja a iniciativa privada ou o Estado, poderia se conseguir o rendimento econômico máximo coletivo (Ostrom, 2011).

A teoria da ação coletiva de Olson (1999 [1965]) traz a discussão do comportamento individual dos membros em relação ao tamanho do grupo. Para Olson (1999 [1965]) a *ação coletiva*, é determinada por algum tipo de *incentivo* para mobilizar os indivíduos dentro de um grupo. No caso de *grupos pequenos*, este incentivo poderia ser simplesmente o *interesse individual* de cada um em obter o benefício coletivo. Entretanto, no caso de grupos com grande número de membros, as pessoas em geral não se sentem incentivadas a agir individualmente para buscar a obtenção do benefício coletivo, pelo principal motivo de que sua ação se torna imperceptível dentro de um grupo grande. Com base no comportamento individualista prevalecente nos grupos, a principal contribuição do trabalho de Olson é mostrar que os indivíduos não vão agir de forma cooperativa automaticamente para proporcionar bens públicos, mesmo que tenham benefícios com essa ação (Pinheiro, 2018).

O trabalho de Hardin (1968) tem também influência seminal nos estudos sobre a governança de recursos comuns. O exemplo da tragédia dos comuns de Hardin (1968) é de um pasto comum (aberto) a todos. É de se esperar que cada vaqueiro tente manter o maior número de gado possível no terreno comum. Entretanto, cada vaqueiro vai querer maximizar o seu ganho adicionando mais um animal ao rebanho. Cada vaqueiro individualmente vai ter lucro com o animal adicional. Entretanto, o excesso de pastagem será compartilhado por todos os pastores. Nesse cenário, encontra-se a tragédia (Hardin, 1968)

Estas abordagens tem a mesma preocupação em entender como grupos de usuários de recursos comuns ao enfrentarem dilemas da ação coletiva são capazes de promover mudanças em suas instituições locais, no âmbito das iniciativas de manejo comunitário de recursos naturais (Cunha, 2004).

Paralelamente às correntes relatadas, uma outra começou a se desenvolver na Universidade da Califórnia, Los Angeles, por meio dos estudos sobre a gestão de recursos hídricos. Essa corrente, diferentemente das três primeiras, enxerga a possibilidade de superação do dilema da ação coletiva, sobretudo por meio das instituições com base em governança de recursos comuns. Seus maiores representantes são Vincent e Elinor Ostrom (Capelari, 2017).

É a partir daí que uma abordagem micro e macro tem emerge desde os anos de 1970 e que se denomina de *Institutional Analysis and Development Framework* (IAD), com base na Universidade de Indiana, com a chamada Escola de Bloomington, em que a professora Elinor Oström – foi uma das suas principais líderes. Esta abordagem tenta desenvolver uma análise integrada dos tipos de arranjos institucionais existentes. A definição de instituições assume que esses diferentes tipos de arranjo demandam a adoção de abordagens teóricas diferenciadas. Assim, no IAD serão utilizadas variáveis dependentes (atores individuais ou coletivos, por exemplo) e independentes (condições físicas e materiais,

características da comunidade onde se insere a ação e as regras em uso na mesma) (Raadschelders, 2005)¹.

Institutional analysis and development (IAD) framework

Como foi colocado na seção anterior, o ponto de partida originário do *Institutional Analysis and Development Framework* é a crítica às abordagens originárias que tratam de ação coletiva com ênfase na escolha racional, as quais se caracterizam por definir instituições a partir de escolhas individuais onde o cálculo de utilidade individual prevalece sobre a ação coletiva, salvo por mecanismos de incentivos e punições.

Os trabalhos com ênfase na escolha racional para analisar ação coletiva são criticados por Oström (1990; 2011) quanto à falta de comunicação e interatividade entre os atores. Desse modo, tal negligência compromete a expectativa de cooperação entre os membros, pois pode haver situações em que as relações de confiança, comprometimento e sensibilização quanto ao consumo do bem comum levem os atores a não cooperarem.

Como síntese de seu argumento, Oström (1990; 2011) propõe a Teoria dos Recursos Comuns (*Common Pool Resources* - CRPs). Os recursos de propriedade comum, de modo geral, dizem respeito (Ostrom; Ostrom, 1977; Ostrom; Cole, 2012), à capacidade de exclusão ou controle de acesso e subtração (divisibilidade) destes bens (Capelari, 2017). A exclusão diz respeito ao quão fácil ou custoso é excluir ou controlar o acesso de usuários ao recurso, sobretudo, devido à natureza e aos atributos físicos do recurso. A subtração (divisibilidade), diz respeito como a utilização do recurso por um novo indivíduo gera modificações na quantidade disponível de recurso para outros indivíduos que já se utilizavam dele. As duas características são fontes de conflitos e divergências entre a racionalidade individual e a coletiva (Capelari, 2017).

A Teoria dos Recursos Comuns (*Common Pool Resources* - CRPs) atribui às instituições o papel de criar interação e comunicação entre os atores, para estes, assim, agirem coletivamente (Oström, 1990; 2011). As instituições são como uma regra ou norma amplamente compreendida, ou ainda, uma estratégia que cria incentivos para o comportamento em situações repetitivas. Elas podem ser formalmente escritas em leis, política ou procedimento; ou podem ser informais como normas sociais, práticas operacionais ou hábitos culturalmente aceitos.

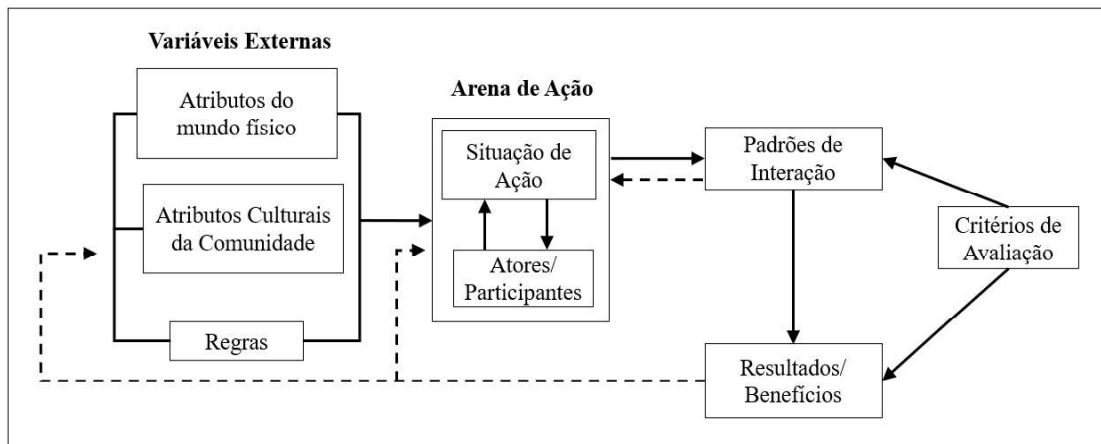
A partir dessa teoria e de pesquisas empíricas, Polski e Oström (1999) elaboraram um método para mapear e analisar estruturas de governos onde os atores são guiados por instituições que afetam suas ações, seus processos políticos e os resultados de suas decisões. Esse método foi chamado de *Institutional Analysis and Development Framework* – IAD, que pode ser dividido em níveis de tomada de decisão, do tipo: operacional; de escolha coletiva; e constitucional.

Na tomada de decisão de tipo operacional, os atores interagem sob incentivos para gerar resultados diretos. No nível de escolha coletiva, as decisões sobre políticas públicas são repetidamente tomadas dentro de um conjunto restrito de regras de escolha comum. Finalmente e para o nível constitucional, as decisões são tomadas sobre quem é elegível para participar na formulação de políticas públicas e

¹ Bom ressaltar que a crítica da escolha racional em organizações já é tratada de modo seminal por Simon (1971 [1947]). Para Simon, decisões em organizações caracterizam-se pelos limites da racionalidade. Os processos decisórios são complexos, repletos de incerteza e impossibilidade de medir todas as consequências. A escolha decisória baseia-se mais em elementos intuitivos ou na experiência do indivíduo, do que na lógica racional.

sobre quais as regras que serão usadas para formular essas políticas (Oström, 2011). O IAD pode ser visualizado na figura a seguir:

Figura 1 – Institutional Analysis and Development Framework – IAD



Fonte: Oström, Gardner e Walker (1994) [tradução livre]

Sobre as variáveis externas, compreende-se “atributos do mundo físico” aqueles que constituem o contexto natural e artificial (meio ambiente), onde as ações dos atores ganham significado prático. E quanto aos “atributos da comunidade”, entende-se os valores comportamentais aceitos na comunidade (Oström, 2005).

Das regras de incentivos/restrições, identificam-se as normas aceitas e prescritas que balizam as ações dos atores, pontuando aquilo que é permitido, proibido e obrigatório. A “arena de ação” é o momento de tomada de decisão, no qual se conhecem os perfis comportamentais dos atores e como isso interfere em suas escolhas. Tais características são fundamentais para compreender o momento de interação e comunicação entre os agentes, uma vez que é onde a cooperação cria bases para ocorrer. Ao fim desse processo, verifica-se a materialização das decisões dos atores que estão em interação dentro de uma situação de ação, podendo gerar resultados e benefícios (Oström, 2005; Polski & Oström, 1999).

Os resultados são avaliados conforme alguns critérios, quais sejam: (1) eficiência econômica; (2) equidade por meio da equivalência fiscal; (3) *accountability*; (4) conformidade com os valores locais; e (5) sustentabilidade.

A eficiência econômica é mensurada pela grandeza dos benefícios gerados em relação aos recursos alocados. Esse critério está relacionado com avaliação de viabilidade econômica, e no caso do IAD, busca perceber, também, as mudanças de comportamento dos atores em interação, bem como os resultados institucionais gerados por esses atores (Oström, 2011). A equidade por meio de equivalência fiscal diz respeito ao critério de distribuição igual de um benefício proporcionalmente ao esforço que o ator faz para alcançá-lo. O segundo critério de avaliação se refere à prestação de contas dos atores (*accountability*), que avalia se atores publicam os resultados, pois se o fizer, aumenta a colaboração dentro do arranjo, a eficiência econômica, as trocas de informações, assim como contribuem para os critérios de equidade na distribuição de custos e ganhos (Oström, 2011; McGinnis, 2011).

O penúltimo critério de avaliação, a conformidade com valores locais, valoriza a manutenção e reprodução da cultura local por meio dos resultados da ação coletiva. Assim, as interações dos atores precisam preservar os ritos tradicionais locais para que os arranjos coexistam com os modelos tradicionais já existentes. Finalmente, o critério da sustentabilidade sugere que a avaliação dos resultados presume a manutenção dos recursos ambientais, ao passo em que as ações coletivas garantam instituições flexíveis que equilibrem a preservação dos recursos com a cooperação entre os atores (Oström, 2011; McGinnis, 2011).

Em resumo e do ponto de vista da avaliação dos resultados da ação coletiva, o IAD proposto por Oström (1990; 2011) apresenta uma preocupação mais qualitativa dos resultados, buscando compreender como os critérios de avaliação dos benefícios afetam as localidades em que os arranjos estão inseridos. Excetua-se o critério de eficiência econômica, aquele que mensura quantitativamente os benefícios coletivos gerados.

Se por um lado, Gordon (1991), Olson (1965) e Hardin (1968) centraram suas análises de ação coletiva na racionalidade individual dos atores, por outro lado, Oström (1990; 2005; 2011) trouxe elementos institucionais mais abrangentes, porém, ainda na perspectiva individual via interação entre os atores para, então, decidir cooperar ou não. E é para ampliar essa visão, que Feiock (2004) desenvolve a teoria da Ação Coletiva Institucional (*Institutional Collective Action – ICA*), a qual procura aliar a racionalidade dos atores aos aspectos institucionais regionais intervenientes em um cenário de governança regional fragmentada e que passamos a descrever.

Institutional collective action – ICA

Para compreender a ação coletiva em cenários onde haja múltiplos governos, Feiock (2004) propõe a “Ação Coletiva Institucional (*Institutional Collective Action – ICA*)”, que tem como cerne a ideia de que aspectos institucionais regionais presentes em um cenário de governança regional fragmentada influenciam a racionalidade dos atores, conduzindo-os a agirem, ou não, coletivamente.

Vale ressaltar que o ICA não é uma evolução direta do IAD, mas um construto teórico que analisa a entrega de serviços públicos via cooperação, em contextos de governos fragmentados. Nessa proposição de ressurgimento da governança regional, Feiock (2004) ressalta a necessidade de se abordarem temas urgentes como habitação, transporte e gestão ambiental, sobretudo por se tratar de governos fragmentados e muitas vezes deslocados dos centros econômicos, conseqüentemente, com baixo poder de representatividade política para captar ou atrair recursos que se destinem a suas próprias políticas públicas.

Assim, essa abordagem da governança regional é mais “relacional”, e por isso se atribui o termo “governança regional descentralizada” ou “governança sem governo” (Feiock, 2004; Andrew & Feiock, 2010). Tendo como explicação central o fato de os atores governamentais poderem agir coletivamente por meio de uma rede formal e institucional, com regras claramente definidas e com o intuito de extrair benefícios políticos ainda que haja custos de transação envolvidos.

Essa abordagem intergovernamental pode ser entendida como a combinação entre aspectos estruturais e contextuais que moldam as instituições governamentais e influenciam o modo como os atores governamentais se relacionam (Feiock, 2004). O ICA presume que ações colaborativas produzam ganhos coletivos para os atores (governos) participantes, porém, tais ganhos não são necessariamente suficientes para manter a cooperação, mesmo em situação de forte vínculo e interatividade. Isso

porque, segundo Feiock (2004, 2007, 2013) governos locais nem sempre percebem os custos envolvidos para produzir os benefícios coletivos, e nem o potencial de ganho desses benefícios.

Além disso, outros fatores podem ser restritivos como: limitações geográficas entre as cidades; diferentes poderes de barganha, seja por tamanho populacional, interesses específicos de políticas públicas, capacidade econômica e/ou até por diferentes poderes políticos entre os representantes de cada governo local (Feiock, 2004; 2007). Vale ressaltar que a busca por ganhos, ponderadas as perdas, pode ser motivada tanto para satisfazer interesses públicos e organizacionais quanto individuais, baseado por interesses econômicos, políticos e sociais dos agentes (Feiock e Scholz, 2013; Yi & Cui, 2018).

A percepção de ganho coletivo associada aos benefícios individuais dos agentes públicos, forja o cenário para a cooperação. O tipo de política pública (bem coletivo), reforça a ação indutora de outros governos apoiada na disseminação de efeitos benéficos e motiva os agentes a buscarem parcerias locais para a formação de acordos coletivos (Kim, Andrew e Jung, 2017). Nesse cenário complexo, urge a necessidade de entender os interesses coletivos e individuais envolvidos na cooperação entre municípios visando criar mecanismos de coordenação que prolonguem a ação coletiva e mensurem seus efeitos. A literatura internacional tem sido unânime em indicar que a prestação de serviços públicos se torna mais eficiente quando há o compartilhamento de conhecimentos, em razão da criação de economias de escala (Hulst e Montfort, 2007; Bel, Fageda e Mur, 2012; Bel & Warner 2015a, 2015b; Silvestre *et al.* 2019; Voorn, Genugten & Thiel, 2019). Nos países europeus, pesquisas indicam que a cooperação entre governos pode inclusive reduzir custos em escala (Niaounakis & Blank, 2017).

Assim, o ponto inicial do ICA está na caracterização da “arena política”, na qual os atores e a natureza do problema coletivo são delineados. Nesse cenário, é possível classificar os problemas de ação coletiva em três tipos: a) problemas de ação coletiva horizontal, quando os governos locais são muito pequenos para produzir um bem, e portanto, buscam parcerias com governos de mesmo nível para solucionar esse problema; b) problemas de ação coletiva vertical, quando diferentes níveis de governo compartilham o mesmo problema, e portanto, decidem cooperar para solucioná-lo em conjunto, como problemas de saúde pública; e c) problemas de ação coletiva funcionais, quando os problemas surgem da combinação entre serviços ou setores da administração pública, como por exemplo, os dilemas de intersectorialidade entre saúde, educação e assistência social (Feiock, 2007, 2013).

Diante desses problemas coletivos, os atores se reúnem para definir regras, tomar decisões sobre planejamento, execução e usufruto do bem coletivo. A clareza nessa fase pode promover incentivos seletivos que motivem outros governos locais a participar, ou não, dos arranjos associativos criados para solucionar o problema coletivo. É a combinação entre o contexto regional, o problema coletivo e as características dos governos locais, que irão formar um desenho favorável, ou não, para a ação coletiva (Bel e Warner, 2015a; 2015b)

Nesse sentido, Feiock (2004; 2007; 2013) propõe o quadro teórico do ICA que se sustenta em torno de uma explicação sistemática de como as características da região, dos arranjos formais e informais, o acesso à informação, as regras de coordenação, negociação e controle formam o arcabouço para que ocorra a ação coletiva. Com base nessa lógica, Feiock (2007) apresenta o ICA com o intuito de estimar como cada um desses fatores contextuais afetam os custos de transação envolvidos na decisão de cooperar, e obviamente, no sucesso do acordo voluntário.

Baseado nisso, Feiock (2007) sugere que ao enfrentar problemas sociais e fiscais comuns, os municípios cooperadores podem mitigar os custos de transação envolvidos, uma vez que a negociação, monitoramento e controle de contratos são menos onerosos em arranjos coletivos. Nesse sentido, Feiock (2004; 2007; 2016) afirma que custos de transação são dependentes da(e): (1)

características da comunidade; (2) estrutura das redes de políticas públicas; (3) instituições políticas; (4) características de transação do bem (*commodities*).

Primeiramente, as “**características das comunidades**” forjam as preferências dos atores em relação aos bens coletivos e contribuem para identificar os potenciais ganhos, bem como os custos de transação envolvidos. Portanto, Feiock (2007; 2013) afirma que quanto mais homogêneos forem os interesses entre os atores (governos locais), maior é a probabilidade de haver ações coletivas em torno de soluções comuns. Isso porque a homogeneidade das comunidades em termos sociais, econômicos, partidários e ideológico dos cidadãos reduz os custos de transação na hora de decidir sobre a agregação das preferências (Feiock, 2007, 2013).

Assim, comunidades homogêneas fornecem uma proteção contra as diferenças de poder político e econômico que beneficiariam uma das partes e promoveria problemas para negociar divisões justas de benefícios coletivos (Gerber, Henry & Lubell, 2013). Outro elemento que caracteriza a homogeneidade dos grupos é a proximidade geográfica, pois quanto mais próximos estiverem os municípios maiores serão os incentivos para cooperar e uma vez que os custos de compartilhamento de serviços serão menores (Tavares & Feiock, 2017).

O segundo fator é a “**Estrutura de Redes de Políticas**”, o qual parte do pressuposto de que quando um governo possui várias relações diádicas com outros governos locais, juntas elas formam um governo regional em nível macro que se configura em uma “Rede de Política”. Portanto, ao longo do tempo, essa rede regional de política constrói uma reputação confiável entre parceiros com potencial de cooperação (Feiock, 2007; Carr, Hawkins & Westberg, 2017).

Deste modo, a confiabilidade gerada pela reciprocidade entre atores fortalece o vínculo e minimiza problemas de custos de transação, pois aumenta as informações disponíveis sobre a conduta de cada membro, e evidencia a credibilidade dos atores em cumprir seus acordos. Isso é observado na pesquisa de Kim, Andrew e Jung (2017) ao demonstrar associação positiva entre o efeito do vínculo e a eficácia da cooperação, na análise de 114 organizações de saúde pública da Coréia do Sul.

Formados os laços de credibilidade entre atores, a cooperação é mais provável quanto maior o tempo de relacionamento, e com as repetições de acordos, cada ator pode se beneficiar ao adquirir e preservar uma reputação positiva. Se as forças de repetição e reputação são suficientemente fortes, os próprios incentivos dos governos locais garantem que não serão tentados a se desfazer de seus compromissos (Shrestha e Feiock, 2010; Feiock, 2013).

Portanto, a estrutura de redes de políticas é uma variável utilizada no quadro teórico do ICA para estimar a probabilidade de surgimento e durabilidade dos acordos coletivos. Ao fortalecer os laços de vínculos entre atores se cria o capital social necessário para a cooperação. Fato comprovado em pesquisa realizada na Itália por Percoco (2014), o qual evidenciou que um largo capital social e um histórico de colaboração aumentam a probabilidade de um plano estratégico de colaboração nas cidades italianas.

Portanto, tais evidências corroboram duas proposições de Feiock (2007, p.14): a primeira é que “a probabilidade de surgimento de acordos intergovernamentais cooperativos e sua durabilidade estão positivamente relacionadas a relacionamentos de rede fortemente “agrupados” entre os governos locais”; e a segunda é a de que “a probabilidade de surgimento de acordos intergovernamentais cooperativos e sua durabilidade estão positivamente relacionadas a um histórico de relações diádicas recíprocas nas arenas políticas”

Contudo, Casula (2019), ao analisar a abordagem de escolha racional de segunda geração no contexto europeu a partir do ICA, afirma que as redes pré-existentes de relações locais seriam capazes de influenciar a decisão dos atores de cooperar ou não, somente nas fases iniciais ou em um sistema com ausência de mecanismos de incentivos objetivamente estruturado. E para a institucionalização da cooperação, Casula (2019) sugere a presença de uma homogeneidade de intenções e preferências dos atores municipais envolvidos.

Em relação às “**Instituições Políticas**”, são fatores que guiam os governantes eleitos e são moldadas por legislações estaduais e federal, logo, estão ligadas à cooperação intergovernamental local, pois atuam incentivando ou restringindo as decisões daqueles governantes eleitos. Contudo, os atores desempenham um papel na criação de alianças cooperativas com outros governos locais, mas diferem nos seus recursos de barganha e nas suas instituições (Feiock, 2004, 2007).

Segundo Feiock (2007), essas instituições políticas presentes na região podem facilitar ou dificultar a cooperação. Primeiramente no tocante à legislação específica e analisando o caso estadunidense, o autor lembra que, apesar de variações de estado para estado, em geral, as leis de cooperação intergovernamental são bem permissivas e possibilitam que as jurisdições possam implementar coletivamente qualquer ação que não possa implementar individualmente.

No segundo aspecto das instituições políticas estão os mecanismos de gestão que compreendem o grau de profissionalização da gestão em si. Quanto mais profissional for a gestão dos governos regionais, menores são as chances de ocorrerem comportamentos oportunistas. E apesar das instituições políticas moldarem o comportamento dos atores (governantes e funcionários), seu comportamento é motivado, potencialmente, por interesses particulares que podem destoar dos interesses coletivos (Shrestha & Feiock, 2010; Feiock, Krause & Hawkins, 2017).

Para o terceiro, Jang, Feiock e Saitgalina (2016) afirmam que há um dilema político ligado à governança regional, que é o fato de autoridades locais terem que renunciar a sua autoridade para apoiar um projeto regional que possa ser contrário aos interesses dos seus eleitores. Ainda que haja benefícios coletivos, essas autoridades podem não querer delegar a condução dos projetos quando isso presume perda de capacidade de direcionar os benefícios diretamente para a população de sua localidade.

Em localidades cujo município central tenham grande representatividade regional, o representante daquele pode apresentar dificuldades em aderir a acordos coletivos que não deem visibilidade direta junto de seus eleitores. Vale lembrar que as regras para o compartilhamento de benefícios coletivos devem ser claras e exaustivamente difundidas entre os participantes, para que comportamentos individualistas sejam minimizados.

No quarto aspecto institucional político, o ICA destaca a influência dos ciclos políticos das autoridades locais face à cooperação. Para Feiock (2004; 2007), quando as instituições políticas se prolongam por um tempo maior, os ganhos a curto prazo por deserção são menores que os ganhos a longo prazo de cooperação. Desse modo, o mandato prolongado no cargo para técnicos administrativos e agentes eleitos reduz a incerteza e promove a tomada de decisões com base em considerações de longo prazo sobre os benefícios coletivos.

O último aspecto se refere à homogeneidade dos grupos, e Feiock (2004; 2007) diz que é quando os agentes públicos tendem a se alinhar com quem partilha valores profissionais, ideologias e diretrizes semelhantes, facilitando assim as relações de troca (Carr, Leroux & Shrestha, 2009; Teles, 2016; Carr, Hawkins & Westberg, 2017). Entre os representantes políticos, esse fator pode ser verificado por meio dos partidos políticos aos quais eles pertencem, bem como às coligações e proximidades ideológicas (Esquerda, Centro e Direita).

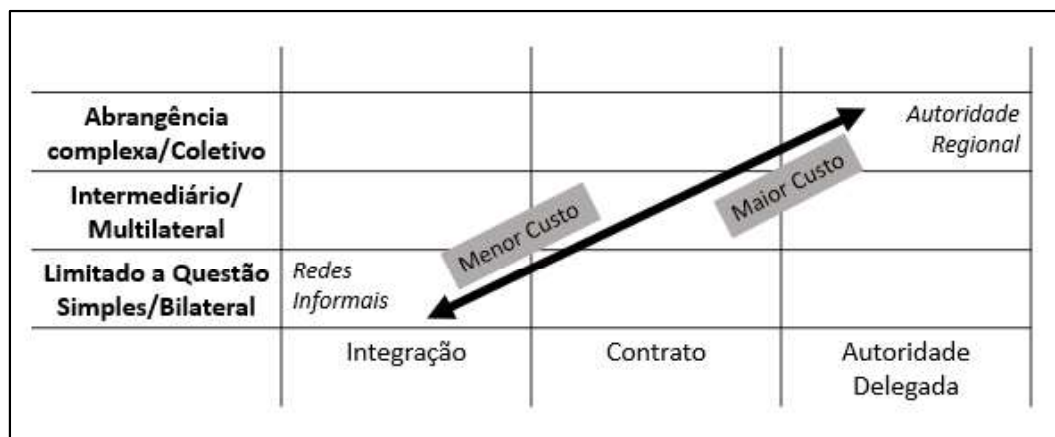
Meza *et. al.* (2019) compararam o Brasil e México com o objetivo de atestar das probabilidades políticas que afetam a cooperação intermunicipal. Os autores evidenciam que as alternâncias partidárias estão associadas negativamente à cooperação intermunicipal. No que se refere à ideologia partidária, o estudo demonstra que no caso brasileiro, pertencer a partidos de esquerda aumenta a probabilidade de haver associação, contudo, no México tal pertença política se associa negativamente a essa cooperação. Portanto, são indicadores relevantes para a compreensão da cooperação intermunicipal, conforme afirma a literatura.

As “**Características de Transação de Bens**” dizem respeito às características dos serviços objeto da cooperação, ou seja, o próprio bem coletivo que os indivíduos buscam usufruir. Segundo Feiock (2004; 2007), as diferentes especificidades de problemas coletivos influenciam a forma como os atores buscam soluções. Assim, problemas públicos que tenham soluções coletivas com baixos custos de transação tendem a maiores probabilidades de acordos coletivos. Como ocorre na Suécia, onde os altos custos de transação dificultam a ação coletiva, ainda que a estratégia de implementação tenha sido do tipo *bottom-up* (Johansson, Niklasson & Persson, 2015).

A respeito de *custos de transação*, Shrestha e Feiock (2010) diz que eles são altos quando envolvem dificuldades em mensurar os efeitos do bem coletivo, ou quando envolvem ativos significantes, como recursos financeiros ou bens de patrimônio.

Assim, a aplicação do ICA sugere que os dilemas da ação coletiva possam ser minimizados. Para tanto, Feiock (2013) indica alguns arranjos coletivos que exemplificam genericamente meios de superação dos dilemas, mecanismos esses que variam conforme o número de atores e o grau de colaboração. E ainda, tais mecanismos podem ter custos de transação MENORES quando envolverem uma abrangência menor e alta integração dos atores; assim como serão MAIORES quanto maior for a abrangência de atuação e menor integração dos atores (cfe.Fig.4).

Figura 2. Mecanismos de Integração e Custos de Transação



Fonte: Autores, adaptado de Feiock (2013)

Por Redes Informais entende-se os mecanismos onde haja maior autonomia local e relações de confiança que podem favorecer parcerias, bem como minimizar as chances de deserção. E no outro extremo, a Autoridade Regional (âmbito de Autoridade Delegada), são exemplos de mecanismos de colaboração com alcance funcional delimitado, no qual as ações coletivas são institucionalmente implementadas mediante uma autoridade previamente estabelecida (Feiock, 2007).

E a partir da interpretação dos postulados de Feiock (2004, 2007, 2013), entende-se que a relação entre os custos de transação e os ganhos gerados são fundamentais para que o mecanismo de colaboração

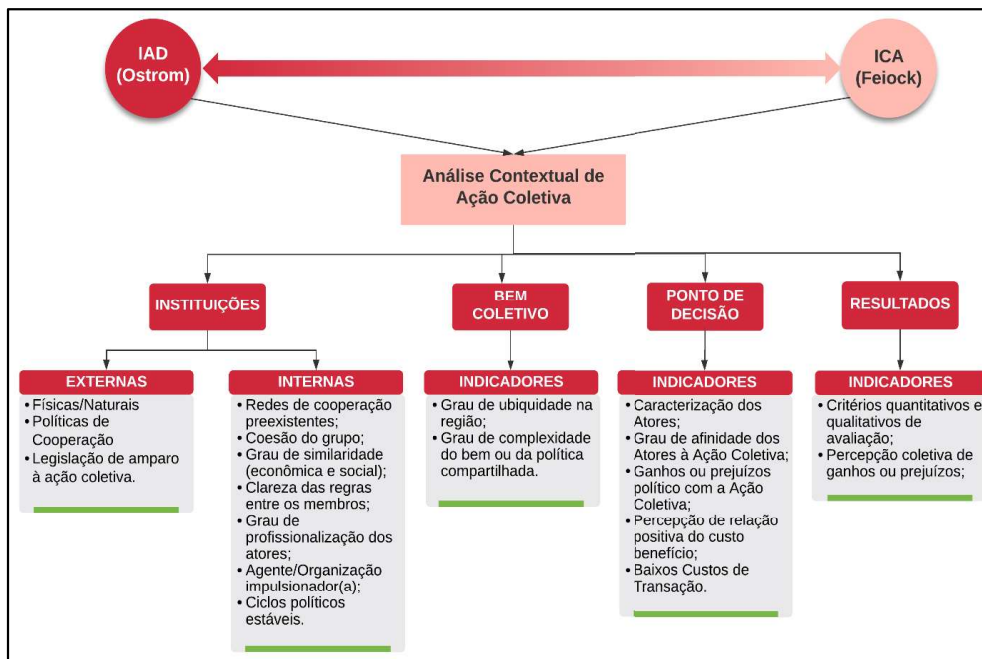
se mantenha em funcionamento, por isso, a aplicação do ICA e suas dimensões de análise não se limita em compreender os elementos que induzem a ação coletiva, mas também contribuem para entender a permanência dos arranjos e os benefícios coletivos gerados. Muitos dos problemas que podem prejudicar os benefícios coletivos advêm dos conflitos entre os atores envolvidos, pois à medida que eles externalizam as decisões por questões de transparência, os interesses mais particulares são expostos e nem sempre são consoantes aos interesses coletivos (Argento & Grossi, 2010). Além disso, há dois riscos nas ações coletivas: ineficiência dos benefícios coletivos *ex-post*, quando a ação coletiva produz efeitos piores do que os esperados; e ineficiência *ex-ante*, quando a ação coletiva literalmente não acontece (Vorn, Genugten e Thiel, 2018).

Em resumo, a *Institutional Collective Action* se constitui como uma abordagem recente e que torna possível a avaliação da dinâmica institucional em uma perspectiva governamental. Notadamente, quando se trata de acordos interjurisdicionais, aqueles que resultam da união de forças para resolver problemas de recursos comuns, visando principalmente economias de escala e ganhos individuais nas ações coletivas.

Interseções e disseções entre: IAD e ICA

Em relação ao *Institutional Analysis and Development Framework* e ao *Institutional Collective Action*, observa-se que, enquanto o primeiro centra sua análise nas interações entre atores na arena de ação, e como instituições (geográficas; características internas do grupo; regras) influenciam tais decisões, o segundo tem seu foco em governos fragmentados e aprofunda sua análise de como as instituições (homogeneidade dos grupos; instituições políticas; características das redes; características do bem coletivo; e custos de transação) têm efeito na ação coletiva. Apresenta-se a seguir um diagrama síntese dos pontos comuns entre o IAD e o ICA, com acréscimos dos autores dessa pesquisa:

Figura 3. Análise Contextual da Ação Coletiva: interseções entre IAD e o ICA



Fonte: Os Autores, com base em Oström (1990; 2011) e Feiock (2004; 2007; 2013).

Quanto às instituições externas, ou seja, aquelas que circundam a região e influenciam a cooperação de forma indireta, têm-se: as características geográficas (físicas), como por exemplo a proximidade

física e/ou a área de atuação do arranjo coletivo podem influenciar os atores a se solidarizarem em um dilema coletivo (Silva, Silvestre e Embalo, 2020); desenho de políticas que ensejam a cooperação; e a própria legislação (base legal para cooperação) (Oström, 1990; Feiock, 2007). Esses fatores são tratados por ambas as abordagens (IAD e ICA), em maior ou menor profundidade.

Em relação às instituições em suas dimensões internas, ou seja, as características intrínsecas ao grupo, observa-se que a confluência do IAD com o ICA tende a ocorrer que há uma cultura de cooperação preexistente na região fortalecendo o capital social e a coesão na localidade (Caldas, 2007). Além disso, as similaridades internas do grupo favorecem o senso de identificação entre os pares, ou seja, os atores percebem o dilema local como problema comum e, portanto, de resolução coletiva (Oström, 1990; Feiock, 2007). Se esse grau de similaridade estiver associado ao grau de profissionalização dos atores e dos servidores públicos nessas localidades, a possibilidade de percepção ampla dos detalhes do dilema coletivo terá maiores probabilidades.

Outro ponto que recebeu destaque pelo IAD, forma as regras de cooperação, sobretudo, no que se refere a sua clareza (Oström, 1990). Esse fator é fundamental para que os atores conheçam as normas, deveres e benefícios ao agirem coletivamente, minimizando o efeito da tragédia dos comuns, mencionado por Hardin (1968). Soma-se a isso, a estabilidade dos ciclos políticos, ou seja, quanto menores as mudanças político-ideológicas, menores as chances de rupturas em ações coletivas (Feiock, 2007).

E aqui, um ponto acrescentado a partir dessa pesquisa: a presença de um agente ou organização impulsionadora. Isso tem ocorrido em estados como no Ceará (Ceará, 2017), que tem o governo estadual como impulsionador; em Santa Catarina, que tem a Federação Catarinense de Municípios – FECAM como articuladora e apoiadora (Abrúcio; Filipim; & Dieguez, 2013), dentre outros.

Tais agentes impulsionadores são denominados por Abrúcio e Sano (2013) como “empreendedores políticos”, entretanto, essa nomenclatura subentende alguém dotado de capacidade de inovação, iniciativa, que assume riscos e que decide sobre o uso de recursos escassos (Gartner, 2001). A questão é que os agentes/organizações locais impulsionadores, não necessariamente são empreendedores políticos, mas podem ser atores com visão dos benefícios da cooperação na região ou simplesmente ser uma organização (associação de municípios, por exemplo) com poder de articulação intermunicipal suficiente para influenciar a cooperação. Por isso, denominou-se aqui de “Agentes/Organizações impulsionadores”.

Sobre as características do bem coletivo em si, o IAD oferece menos destaque que o ICA. Para Feiock (2007), quanto maior o grau de ubiquidade, maiores as possibilidades de cooperação, ou seja, quanto maior a percepção de que o dilema é um problema comum a todos os atores de uma região, maior o senso de cooperação entre eles. Portanto, quando o bem coletivo envolve um problema que está presente em todas as localidades, os atores tendem a perceber melhor a solução coletiva como a mais vantajosa. Além disso, o grau de complexidade do bem coletivo e, conseqüentemente, do dilema coletivo, é fator influenciador na decisão de cooperação. Portanto, quanto maior o grau de complexidade do bem coletivo, menos interessados os atores poderão estar em agir coletivamente.

Quando ao momento de decisão, o IAD oferece maior destaque que o ICA. Apesar de Feiock (2004; 2007) atentar para as características extrínsecas e intrínsecas dos atores, bem como à redução de custos de transação na hora de decidir cooperar, é Oström (1990) que registra maior destaque à situação de ação, ou seja, o momento em que os atores decidem cooperar. Para tanto, a autora atribui às características dos atores, suas afinidades e à repetição desses padrões de interação como atributos influenciadores dessa ação. Esse é um aspecto importante, pois com esta dimensão é possível analisar

o grau de adesão dos atores àquela ação coletiva, seus interesses comuns e particulares e, a partir disso, como este aspecto influencia na execução da política ou na manutenção de um bem coletivo.


Nesse momento de decisão e apesar da limitada racionalidade (Simon, 1955), o decisor é levado a refletir racionalmente a relação custo-benefício e a minimizar os custos de transação envolvidos, e assim, decidir de fato cooperar ou não (Silvestre et al., 2019).

E um último aspecto por nós observado que é comum entre o IAD e o ICA refere-se ao tipo de resultado que é observado com a ação coletiva. Enquanto o IAD de Oström (1990) centra análise em diferentes critérios de avaliação (seção 02), Feiock (2004; 2007) se concentra na percepção positiva da relação custo-benefício, ou seja, menores custos diante de melhores benefícios gerados com a ação coletiva. E por isso são tão complementares.

Considerações finais

O artigo buscou discutir a origem e evolução da abordagem ação coletiva a partir de sua discussão originária, baseada na Escolha Racional e as correntes que se colocaram tendo como centro a construção de instituições como capazes de conter dilemas de ação coletiva, quais seja, o *Institutional Analysis Development* e o *Institutional Collective Action*, buscando ver também vinculações existentes entre as duas abordagens – IAD e ICA.

A abordagem teórica do *Institutional Collective Action* (ICA) possui aplicação em pesquisas relacionadas a problemas de cooperação intergovernamental em todo o mundo e no Brasil ainda é pouco conhecida, com potencial de difusão deste arcabouço conceitual. Essa possibilidade reside no fato de que a origem conceitual do ICA que é o *Institutional Analysis Development* ser já bem mais conhecida no país e já se tornar um campo de aplicação teórica mais habitual na realidade política e social brasileira.

O IAD e o ICA são quadros teóricos que, por natureza e definição, servem como um primeiro modo de observação acerca das instituições de uma determinada localidade. Especialmente no Brasil, os pressupostos do ICA pouco foram testados e por isso, esse ensaio sugere como agenda de pesquisa a aplicação do ICA nos arranjos colaborativos tais quais: Regiões Metropolitanas, Arranjos Produtivos Locais, Consórcios Públicos e outros. 

Referencias

- Abrucio, F. L.; Filippim, E. S.; & Dieguez, R. C. (2013). Inovação na cooperação intermunicipal no Brasil: a experiência da Federação Catarinense de Municípios (Fecam) na construção de consórcios públicos. *Revista de Administração Pública*, v. 47(6), 1543–1568.
- Abrucio, F. L. & Sano, H. (2013) *Associativismo Intergovernamental: experiências brasileiras*. Brasília: Fundação Instituto para o Fortalecimento das Capacidades Institucionais - IFCI; Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento - AECID; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG; Editora IABS.
- Argento, D. & Grossi, G. (2010). The 'externalisation' of local public service delivery: experience in Italy and Sweden Torbjörn Tagesson and Sven-Olof Collin. *J. Public Policy*, v. 5(1), 41–56.

- Andrew, S. A., & Feiock, R. C. (2010). Core–Peripheral Structure and Regional Governance: Implications of Paul Krugman’s New Economic Geography for Public Administration. *Public Administration Review*, 70(3), 494–499.
- Becker, G.C. (1976), *The economic approach to human behavior*. Chicago: Chicago University Press.
- Bel, G., Fageda, X., & Warner, M. E. (2009). Is Private Production of Public Services Cheaper than Public Production? A meta-regression analysis of solid waste and water services. *Journal of Policy Analysis and Management*, v. 29(3), 553-57. <https://doi.org/10.1002/pam.20509>.
- Bel, G., & Warner, M. E. (2015a). Factors explaining inter-municipal cooperation in service delivery: a meta-regression analysis. *Journal of Economic Policy Reform*, v. 19(2) 91-115, (December).
- Bel, G., & Warner, M. E. (2015b). Inter-Municipal Cooperation and Costs: Expectations and Evidence. *Public Administration*, 93(1), 52–67. <https://doi.org/10.1111/padm.12104>
- Ceará, Secretaria de Saúde do Estado do Ceará. (2017). *Consórcios públicos em Saúde*. Ceará.
- Caldas, E.L. (2007). *Formação de Agendas Governamentais Locais: o caso dos consórcios intermunicipais*. Tese (Doutorado em Ciência Política) Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Estadual de São Paulo. São Paulo.
- Capelari, M. G. M. (2017). *Instituições para a governança: o papel das regras formais e informais no controle do desmatamento em reservas extrativistas da Amazônia*. 221 f., il. Tese (Doutorado em Administração) — Universidade de Brasília, Brasília.
- Carr, J. B., Hawkins, C. V., & Westberg, D. E. (2017). An Exploration of Collaboration Risk in Joint Ventures: Perceptions of Risk by Local Economic Development Officials. *Economic Development Quarterly*. v. 31(3), 210–227. <https://doi.org/10.1177/0891242417710325>.
- Casula, M. (2019). A contextual explanation of regional governance in Europe: insights from inter-municipal cooperation. *Public Management Review*, v. 22(12), 1819-1851. doi:10.1080/14719037.2019.1665700
- CNM (2019). *Confederação Nacional dos Municípios. Mapeamento dos Consórcios públicos Brasileiros*. Disponível em: <http://www.consorcios.cnm.org.br/materiais-tecnicos>. Brasília.
- Downs, A. (1999). *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: EDUSP, (versão orig. 1957).
- Feiock, R. C. (2013). The Institutional Collective Action Framework. *Policy Studies Journal*, 41(3), 397–425.
- Feiock, R. C. (2004). *Metropolitan Governance: Conflict, Competition and Cooperation*. Washington DC: Georgetown University Press.
- Feiock, R. C. (2007). Rational Choice and Regional Governance. *Journal of Urban Affairs*, 29(1), 47–63.
- Feiock, R. C., Krause, R. M., & Hawkins, C. V. (2017). The Impact of Administrative Structure on the Ability of City Governments to Overcome Functional Collective Action Dilemmas: A Climate and Energy Perspective. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 27(4), 615–628. <https://doi.org/10.1093/jopart/mux021>

- Feiock, R. C., & Scholz, J. T. (2013). Self-Organizing Federalism: Collaborative Mechanisms to Mitigate Institutional Collective Action Dilemmas. *Public Administration*, 91(2), 517–519.
- Feiock, R. C. (2016). Regional Governance and Institutional Collective Action for Environmental Sustainability in China. *Public Administration Review*, v. 78 (4), 556-566.
- Ferejohn, J.; Pasquino, P. (2001). A teoria da escolha racional na ciência política: conceitos de racionalidade em teoria política. *Rev. Bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 16(45). <https://doi.org/10.1590/S0102-69092001000100001>
- Fernandes, A. S. A., Pinheiro, L. S., Nascimento, A. B. F. do, & Grin, E. J. (2020). Uma análise dos consórcios intermunicipais para serviços de tratamento de resíduos sólidos a partir da ação coletiva institucional, *Revista de Administração Pública*, 54(3), 501–523. <https://doi.org/10.1590/0034-761220190237>
- Gerber, E. R.; Henry, A. D. & Lubell, M. (2013). Political Homophily and Collaboration in Regional Planning Networks. *American Journal of Political Science*, v. 57(3), 598–610.
- Gartner, W. B. (2001). Is there an elephant in entrepreneurship? Blind assumptions in theory development. *Entrepreneurship Theory and Practice*, 25(4), 27-41.
- Gordon, H. S. (1991). The Economic Theory of a Common-Property Resource: The Fishery. *Bulletin of Mathematical Biology*, v. 53(1), 231–252.
- Grin, E. J; Segatto, C. I. & Abrucio, F. L. (2016). El asociativismo intermunicipal en Brasil. In: CRAVACUORE, D; CHACÓN, A.. *El Asociativismo Intermunicipal en América Latina*. Santiago de Chile: Asociación de Municipalidades de Chile: Universidad Tecnológica Metropolitana del Estado de Chile, p. 65-10.
- Hardin, G. (1968). The Tragedy of the Commons. *Science*, v. 162(3859) 1243–1248.
- Hardin, R. (1982), *Collective action*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Hulst, R. & Montfort, A. V. (2007). *A. Inter-Municipal Cooperation in Europe*. Dordrecht, The Netherlands, Springer.
- Jang, H. S., Feiock, R. C., & Saitgalina, M. (2013). Institutional Collective Action Issues in Nonprofit Self-Organized Collaboration. *Administration & Society*, v. 48(2), 163-189.
- Johansson, J., Niklasson, L., & Persson, B. (2015). The role of municipalities in the bottom-up formation of a meta-region in Sweden: drivers and barriers Introduction: The role of municipalities in regionalization processes. *Scandinavian Journal of Public Administration*, 19(4), 71–88.
- Kim, K., Andrew, S. A., & Jung, K. (2017). Public Health Network Structure and Collaboration Effectiveness during the 2015 MERS Outbreak in South Korea: An Institutional Collective Action Framework. *International Journal Environmental Research and Public Health*, 14(1064), 1-15.
- Mcginnis, M. D. (2011). An Introduction to IAD and the Language of the Ostrom Workshop: A Simple Guide to a Complex Framework. *Policy Studies Journal*, 39(1), 169–183.
- Meza, O. D., Grin, E. J., Fernandes, A. S., & Abrucio, F. (2019). Intermunicipal Cooperation in Metropolitan Regions in Brazil and Mexico: Does Federalism Matter? *Urban Affairs Review*, 55(3), 887–922.

- Niaounakis, T., & Blank, J. (2017). Inter-municipal cooperation, economies of scale and cost efficiency: an application of stochastic frontier analysis to Dutch municipal tax departments. *Local Government Studies*, v. 43(4), 533-554. <https://doi.org/10.1080/03003930.2017.1322958>
- Olson, M. (1999). *A Lógica da Ação Coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. Trad. Fábio Fernandes. São Paulo: EDUSP, 1999.
- Oström, E. (2011). Background on the Institutional Analysis and Development Framework. *Policy Studies Journal*, 39(1), 7-27. <https://doi.org/10.1111/j.1541-0072.2010.00394.x>
- Oström, E. (1990). *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Oström, E.; Gardner, R. & Walker, J. (1994). *Institutional Analysis and Common-Pool Resources in Rules, games, and common-pool resources*. The University of Michigan Press.
- Oström, E. (2005). *Understanding Institutional Diversity*. Princeton: Princeton University Press.
- Percoco, M. (2014). Strategic Planning and Institutional Collective Action in Italian Cities. *Public Administration Review*, v. 18(1), 139-158. <https://doi.org/10.1080/14719037.2014.969758>
- Pinheiro, L. S. (2018). *Região Metropolitana e consórcio intermunicipal: fatores influenciadores da formação de consórcios intermunicipais em regiões metropolitanas*. 157 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador.
- Polski, M. M. & Ostrom, E. (1999). *And Institutional Framework for Policy Analysis and Design*. Workshop in Political Theory and Policy Analysis. Indiana University. (Workshop Working Paper Series, nº W 98-27)
- Raadschelders, Jos, (2005). Fresh Water Management as Collective Action in Time: a multi-dimensional and multi-level challenge of governance in an inter-disciplinary context. In *The Institutional Arrangements for Water Management in the 19th and 20th Centuries*. Amsterdam: IOS PRESS, pp.: 1 – 21
- Silva, D. P. Silvestre, H. C., & Embalo, A. A. (2020). A cooperação intermunicipal no Brasil: o caso dos consórcios de resíduos sólidos. *Revista de Administração Pública*, 54(5), 1239-1259.
- Simon, H. A. (1955) A Behavioral Model of Rational Choice. *Quarterly Journal of Economics*, v. 69(1), 99-118. (Feb., 1955)
- Silvestre, H. C., Marques, R. C., Dollery, B., & Correia, M. C. (2019). Is cooperation cost reducing? An analysis of public–public partnerships and inter-municipal cooperation in Brazilian local government public. *Local Government Studies*, v. 46(1), 68-90. <https://doi.org/10.1080/03003930.2019.1615462>
- Tavares, A. F., & Feiock, R. C. (2017). Applying an Institutional Collective Action Framework to Investigate Intermunicipal Cooperation in Europe. *Perspectives on Public Management and Governance*, 1(4), 299–316. <https://doi.org/10.1093/ppmgov/gvx014>
- Teles, F. (2016). *Local Governance and Intermunicipal Cooperation* (1st ed.). Basingstoke: Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1057/9781137445742.0001>

Voorn, B., Genugten, M. V., & Thiel, S. V. (2019). Multiple principals, multiple problems: Implications for effective governance and a research agenda for joint service delivery. *Public Administration*, 97, 671–685 (January). <https://doi.org/10.1111/padm.12587>

Sobre lo autores/ About the authors

Alex Bruno Ferreira Marques do Nascimento, Doutor e Mestre em Administração (UFRN); graduado em Administração de Empresas pela Universidade Estadual do Piauí, Professor da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Antônio Sérgio Araújo Fernandes, Pós-Doutor em Administração Pública pela University of Texas at Austin e doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. É Professor Associado da Universidade Federal da Bahia (UFBA) no Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração da UFBA (NPGA-EA-UFBA). Mauro Capelari, Doutor em Administração Pública e Políticas Públicas pela Universidade de Brasília (UnB), onde também é professor do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS/UnB (PPGA/UnB). Marco Antonio Carvalho Teixeira, Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP e professor do departamento de Gestão Pública da Escola de Administração de Empresas da FGV de São Paulo, onde coordena o mestrado em gestão e políticas públicas. Eduardo José Grin, Doutor em Administração Pública e Governo pela Escola de Administração de Empresas da FGV de São Paulo, onde também é professor do Departamento de Gestão Pública.

URL estable documento/stable URL

<http://www.gigapp.org>

El Grupo de Investigación en Gobierno, Administración y Políticas Públicas (GIGAPP) es una iniciativa impulsada por académicos, investigadores y profesores Iberoamericanos, cuyo principal propósito es contribuir al debate y la generación de nuevos conceptos, enfoques y marcos de análisis en las áreas de gobierno, gestión y políticas públicas, fomentando la creación de espacio de intercambio y colaboración permanente, y facilitando la construcción de redes y proyectos conjuntos sobre la base de actividades de docencia, investigación, asistencia técnica y extensión.

Las áreas de trabajo que constituyen los ejes principales del GIGAPP son:

1. Gobierno, instituciones y comportamiento político
2. Administración Pública
3. Políticas Públicas

Información de Contacto

Asociación GIGAPP.
ewp@gigapp.org